



**Recensão a *O Antipatrimónio:
Fetichismo do Passado e
Dominação do Presente,*
de Pablo Alonso González**

Marta Prista

Práticas da História, n.º 12 (2021): 295-302

www.praticasdahistoria.pt

Pablo Alonso González

*O Antipatrimónio: Fetichismo do
Passado e Dominação do Presente*

Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020, 246 pp.

Marta Prista*

“Este livro é simultaneamente uma reflexão que nos permite pensar o património de forma diferente, um conjunto de histórias sobre uma comarca e as suas gentes e o reflexo da minha trajetória pessoal como investigador”¹.

Assim nos introduz Pablo Alonso a *O Antipatrimónio: Fetichismo do Passado e Dominação do Presente*, uma obra coetânea de movimentos críticos aos estudos e práticas do património que questiona as suas “profecias autorrealizadas”² de forma especialmente concludente. O ponto de partida é que o património é uma forma social de relação historicamente determinada pelo seu sistema de produção; o argumento, que esta forma social de relação é fetichista, própria da modernidade ocidental capitalista, e aliena e subsume outros modos de existência. É este pensamento marxista que leva o autor a pensar sobre o património objetiva e subjetivamente, da abstração metacultural da diferença

* Marta Prista (marta.prista@fcsh.unl.pt). CRIA NOVA FCSH, Centro em Rede de Investigação em Antropologia / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Colégio Almada Negreiros, Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa / Avenida de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa. Receção da recensão original / original review: 12-05-2021. Receção da versão revista / revised version: 18-05-2021. Aceitação / accepted: 20-05-2021.

¹ Pablo Alonso González, *O Antipatrimónio: Fetichismo do Passado e Dominação do Presente* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020), 32.

² Alonso González, *O Antipatrimónio*, 49.

dominada por dispositivos de governabilidade à sua internalização em práticas e relações sociais.

O Antipatrimónio é o desenvolvimento deste argumento e da sua história, resultado da inquietação de Alonso com o desaparecimento das formas de relação social que conhecia em Maragatería, no noroeste de Espanha, pela constituição da sua diferença como recurso patrimonial. A região maragata é-nos retratada como historicamente marginalizada do desenvolvimento económico, político e social, hoje despovoada e desruralizada, onde coexistem grupos sociais com diferentes visões e relações com o lugar, e onde os investimentos patrimoniais decorrem de esforços públicos e privados no estabelecimento de economias culturais, mais do que de políticas oficiais, ali incipientes. É também uma região com a qual Pablo Alonso tem intimidade, a sua região natal e onde trabalhou como documentarista, como museólogo, como investigador, em diferentes momentos e com diferentes olhares ao longo de vários anos. Uma outra história, mas que conduziu à sua “aprendizagem *com Maragatería*, em vez de *sobre Maragatería*”³, primeiro engajada por uma abordagem simétrica às diferentes ontologias patrimoniais e seus devires em Maragatería, numa etnografia como género literário inspirada no trabalho de Michael Herzfeld, depois pela rutura epistemológica com os estudos do património e pela complexificação do seu questionamento do “património como forma de relacionalidade fetichista e máquina de dominação”⁴.

É para esta aprendizagem que o livro *O Antipatrimónio* nos transporta com seis capítulos que podem ser lidos de modo quase independente – ou, pelo menos, entendidos como constituindo três partes distintas – e três paratextos da autoria de Nuno Domingos, Rui Gomes Coelho e Paula Godinho, sugestivos da diversidade de olhares e preocupações disciplinares que se cruzam sob o tema do (anti)património. No corpo da obra, Alonso desenvolve o seu argumento teórico e metodológico num primeiro capítulo que remata com o último. Entretanto,

3 Alonso González, *O Antipatrimónio*, 35.

4 Alonso González, *O Antipatrimónio*, 47.

os segundo e terceiro capítulos abordam a construção histórica da “outridade” maragata e a sua alteridade no presente, e um quarto e quinto capítulos levam-nos para o terreno etnográfico a partir de estudos de caso sobre a emergência e as dinâmicas patrimoniais em duas aldeias da região. Estes capítulos, com menor densidade, reforçam mais o argumento do que a diversidade e complexidade etnográficas que se adivinham em referências soltas⁵, sendo sugestivos de uma intenção mais conceptual e programática na publicação de *O Antipatrimónio*.

Este programa teórico-crítico é, de facto, construído ao longo de um extenso primeiro capítulo, no qual Pablo Alonso tece uma crítica aos estudos do património a partir de lentes teóricas substanciais e diversificadas, da filosofia à teoria social, da história à economia política. Para esse efeito, parte de uma primeira distinção entre *Heritage Studies* e *Critical Heritage Studies*⁶ baseada nas suas diferentes conceções e práticas: os primeiros construindo o património como coisa de valor intrínseco a preservar ou capitalizar como recurso, os segundos expondo essa construção como o resultado de um processo cultural, de ativação de representações e negociação de significados por atores distintos, em relações de poder que medeiam interesses e autoridades. O autor reconhece a simplificação deste exercício – menor do que a aqui exposta –, embora não tanto o reforço que tal mapeamento faz da ideia de uma disciplina e prática de património, ao afastar outros diálogos teóricos e etnográficos possíveis. Ainda assim – ou porque assim – define de forma consistente os fundamentos da sua discussão.

Numa crítica à crítica, o argumento de Pablo Alonso é que os *Critical Heritage Studies* continuam a reproduzir a conceção positivista e iluminista de património ao não desafiarem a própria categoria como abstração da epistemologia ocidental moderna. As abordagens construtivistas, as críticas à mercadorização e teorias da colonialidade

⁵ O livro contém referências dispersas a várias aldeias maragatas onde o autor realizou trabalho de campo e que são tratadas em capítulos da sua tese de doutoramento em história, mas que não integram esta publicação. Cf. Pablo Alonso González, “The Heritage Machine: A Heritage Ethnography in Maragatería (Spain)” (Tese de doutoramento, Universidade de León, 2013).

⁶ Refira-se aqui que Alonso concluiu um mestrado e um (segundo) doutoramento em *Heritage Studies* pelo Departamento de Arqueologia da Universidade de Cambridge.

do poder, incluindo à UNESCO, enfocam-se em práticas e discursos que, sobre representações, não problematizam e até reforçam a associação entre património e valores simbólicos capazes de vincular indivíduos a coletivos e lhes conferir segurança ontológica. Sem dúvida, ressalva Alonso, elas denunciam as formas como o regime patrimonial reproduz desigualdades e assumem posições éticas que reclamam o envolvimento e a autoridade dos grupos marginalizados e subalternizados pelas lógicas da economia política neoliberal. Mas, diz o autor, este posicionamento é também ele problemático ao promover novos patrimónios e novas formas de gestão – de que o património cultural imaterial e as práticas de cidadania igualitária são emblemáticos – que replicam a autonomização das coisas e das ideias face às relações sociais. Enfim, promovem afinal uma interiorização das categorias capitalistas e da lógica fetichista que reproduz a construção abstrata de património-valor e ratifica a UNESCO como seu equivalente universal e tecnologia de governança transnacional.

Cabe aqui uma nota sobre o posicionamento de Pablo Alonso na teoria crítica e pensamento marxista. Revendo o seu próprio argumento sobre o património como bem comum e os modelos comunitários para a sua gestão⁷, o autor reavalia a naturalização da categoria “património” implícita nas ideias de acumulação por desapossamento e de reapropriação social da mais-valia das práticas patrimoniais que tinha estruturado a partir do conceito de alienação. Convocando perspectivas marxistas de autores como Antoine Artous, Alfred Sohn-Rethel e Terry Eagleton, Alonso reflete sobre a categoria “património” tendo como referência o modo como, num primeiro momento, a epistemologia iluminista e positivista autonomizou economia e sociedade e, num segundo momento, os movimentos nacionalistas e românticos combinaram “forma-mercadoria” e “forma-pensamento” na “forma-património” por via de uma acumulação primitiva do simbólico. O autor argumenta, assim, por uma história do património que recuse a sua conceção trans-histórica e atenda à sua existência como abstração metacultural

7 Pablo Alonso González, “From a Given to a Construct. Heritage as a Commons”, *Cultural Studies* 28, n.º 3 (2014): 359-390.

historicamente determinada. E avança complexificando a sua reflexão com uma problematização do património como fetiche, um processo de internalização da categoria que é uma forma social de relação própria da modernidade ocidental capitalista, e ademais lhe devolve um sentido material na coisificação destas relações.

Fundamentado nestas interpelações teóricas e críticas, Pablo Alonso conclui que “não é por estudarmos fenomenologicamente a ‘forma-património’ (a aparência) que poderemos explicar a atividade que a produz como categoria (as relações sociais abstratas)”⁸, e assim justifica dois níveis de análise necessários. Uma análise empírica, a que chama de crítica fenomenológica, sobre o processo como o património se torna um objeto social, em práticas e relações sociais e de poder, sempre atento aos dispositivos de governabilidade que organizam um regime patrimonial hegemónico. E uma análise crítica categorial e negativa do património que evidencie o carácter abstrato da sua forma e valor no modo de produção e reprodução das relações sociais fetichistas que sustentam o devir patrimonial.

Pablo Alonso não deixa de acautelar as tensões decorrentes da mobilização do que designa de uma “ontologia das práticas”, baseada na teoria ator-rede de Bruno Latour, e de uma “ontologia das relações”, fundamentada na teoria do valor marxista e na antropologia crítica⁹. A sua aprendizagem *com Maragatería* parece ter tido duas dimensões: uma etnográfica, que o autor assumiu na adoção de uma “participação relacional transformadora”¹⁰; e outra mais teórico-analítica, sequente do desenvolvimento de diálogos com a crítica à viragem ontológica das ciências sociais e a crítica à domesticação dos estudos do património pela ideia de “discurso autorizado do património”¹¹. Em *O Antipatrimónio*, a ideia de “máquina patrimonial” que deu título à tese de doutoramento de Alonso é assim revista como dispositivo de governabilidade que pode ser observado etnograficamente, mas que também tem de ser

8 Alonso González, *O Antipatrimónio*, 81.

9 Alonso González, *O Antipatrimónio*, 36.

10 Alonso González, *O Antipatrimónio*, 36.

11 Laura Jane Smith, *Uses of Heritage* (Londres: Routledge, 2006).

sujeito à crítica categorial para fazer compreender os mecanismos de emergência patrimonial.

Nos quatro capítulos seguintes, Pablo Alonso dá conteúdo etnográfico ao seu argumento a partir de Maragatería. Os capítulos dois e três abordam o processo de construção da diferença e da supressão da alteridade maragata a partir de perspectivas histórico-genealógica e etnográfico-interpretativa contextualizadas na formação moderna do Estado-nação espanhol. O autor maneja conceitos de endocolonialismo e de biopolítica, e convoca processos de folclorização e de regionalismo, para discutir como se produziram representações subalternizadas dos maragatos entre modelos nacionalistas e práticas de conhecimento. Estas representações servem de contexto a uma aproximação à alteridade maragata, entendida como realidade historicamente específica, em referência ao processo de modernização do campo espanhol e de expressões de um conservadorismo local. É aqui que Alonso clarifica a sua abordagem simétrica aos modos de existência em Maragatería numa renúncia à tradução da alteridade em categorias de diferença e na adoção de abordagens relacionais com as suas práticas e usos. Pretende, assim, assegurar o estatuto ontológico da alteridade maragata e escapar a essencialismos, arriscando quando fala em “cosmovisão”, para confrontar as visões produtiva e simbólica do mundo rural que hoje coexistem na região.

São justamente estas representações e experiências que os capítulos quarto e quinto apresentam a partir da pesquisa etnográfica realizada em duas aldeias maragatas. Em Santiago Millas, Pablo Alonso explora as relações entre património e gentrificação rural nas convergências e conflitos sobre normas urbanísticas, reabilitações arquitetónicas e eventos culturais, entre populações, gentrificadores e atores políticos. O seu argumento é que a gentrificação é expressão de um multiculturalismo liberal que converte a vida social local em recodificações esteticizadas do rural. Já sobre Val de San Lorenzo, o autor fala de modernidade, tradição, ideologia e economia a pretexto da musealização da indústria têxtil local que, com um curioso passado privado e comunal, excluiu a comunidade e o tempo moderno da prática e narrativa museográficas,

produzindo uma memória partilhada validada em discursos oficiais e científicos. As tensões entre a abordagem empírica simétrica e a aproximação crítica à máquina patrimonial sentem-se particularmente nestes capítulos, pela referência retraída – porventura acentuada pela própria seleção etnográfica – a outras dinâmicas, agencialidades e relações sociais que dessem espessura às realidades sociais maragatas. Mas o argumento é claro na dedução – reiterada – da abstração da alteridade e subsunção às hierarquias globais de valor e de gosto.

Já em jeito de conclusão, Pablo Alonso retoma o seu argumento teórico e crítico, ressitua a máquina patrimonial nas lógicas individualizantes e multiculturalistas neoliberais e recorda os limites dos estudos do património. O pensamento crítico de aproximação marxista que atravessa *O Antipatrimónio* assoma aqui também numa posição. Ao seu questionamento sobre que forma de conhecimento para o património, responde: “Quiçá o ponto de partida seja começar por conceber a nossa investigação de forma situada, em contacto com os modos de existência de determinadas comunidades (tanto globais como locais), e não como uma contribuição para uma disciplina baseada numa abstração chamada património”¹². Uma abordagem antropológica, não estranha aliás ao tema património, mas também comprometida, do argumento teórico à aproximação empírica, com estudos críticos *contra* o património que relembram os debates da antropologia *contra* a cultura como construção de diferença e relação de poder, e *a favor* da cultura como abstração cujos usos sociais e políticos são em si mesmos também objeto do olhar antropológico¹³.

12 Alonso González, *O Antipatrimónio*, 208.

13 A propósito destes debates, acesos nos anos 1990, e a sua relação com o património cultural imaterial, ver, por exemplo, o artigo de João Leal, “Agitar antes de usar: a antropologia e o património cultural imaterial”, *Revista Memória em Rede* 3, n.º 9 (2013): 1-16.

BIBLIOGRAFIA

González, Pablo Alonso. “The Heritage Machine: A Heritage Ethnography in Margate (Spain)”. Tese de doutoramento, Universidade de León, 2013.

González, Pablo Alonso. “From a Given to a Construct. Heritage as a Commons”. *Cultural Studies* 28, n.º 3 (2014): 359-390.

González, Pablo Alonso. *O Antipatrimónio: Fetichismo do Passado e Dominação do Presente*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.

Leal, João. “Agitar antes de usar: a antropologia e o património cultural imaterial”. *Revista Memória em Rede* 3, n.º 9 (2013): 1-16.

Smith, Laura Jane. *Uses of Heritage*. Londres: Routledge, 2006.

Referência para citação:

Prista, Marta. “Recensão a *O Antipatrimónio: Fetichismo do Passado e Dominação do Presente* de Pablo Alonso González”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 12 (2021); 295-302.